

FONTES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL
CARACTERIZAÇÃO E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO
SOURCES ON ORGANIZATIONS OF RESISTANCE TO CIVIC-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL
CHARACTERIZATION AND RESEARCH POSSIBILITIES

ALESSANDRA GASPAROTTO | Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

RESUMO

O presente artigo busca apresentar algumas considerações acerca de diferentes fontes de pesquisa sobre as organizações de resistência que atuaram durante o período de ditadura civil-militar no Brasil. A partir do relato de minha experiência, procuro caracterizar alguns tipos de fontes, discutindo suas potencialidades e limites para a investigação histórica sobre estas organizações.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; fontes; organizações de resistência; história.

ABSTRACT

This article presents some considerations on different sources of research about the resistance organizations which acted during the civic-military dictatorship period in Brazil. From the account of my research experience, I intend to characterize some types of sources, discussing their potentialities and limits to the historical investigation about these organizations.

Keywords: civic-military dictatorship; sources; resistance organizations; history.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas consideraciones sobre las diferentes fuentes de la investigación sobre las organizaciones de resistencia que actuaron durante la dictadura cívico-militar en Brasil. Desde el relato de mi experiencia, trato de caracterizar algunos tipos de fuentes, discutiendo sus potencialidades y limitaciones para la investigación histórica sobre estas organizaciones.

Palabras clave: dictadura cívico-militar; fuentes; las organizaciones de resistencia; historia.

INTRODUÇÃO

O presente texto foi produzido a partir de minha participação na oficina *Fontes para a história do regime militar: conceitos e métodos de pesquisa em arquivos*, realizada em dezembro de 2011 no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Na ocasião, participei como expositora da unidade VI: “Fontes documentais sobre o regime militar: caracterização das fontes”, cujo objetivo era apresentar um panorama acerca do conhecimento histórico que tem sido produzido sobre o período. Para isso, foram convidados historiadores que trataram, em suas falas, de questões como segurança, contrainformação e informação, partidos políticos, Marinha, ordem política e social e organizações de resistência. Coube a mim a tarefa de abordar este último tema.

Mas do que, afinal, estamos falando quando nos referimos às “organizações de resistência”? Esta categoria está sendo usada neste artigo para remeter àqueles partidos ou agrupamentos que se opuseram à ditadura civil-militar no Brasil, seja de forma “pacífica”, seja através do enfrentamento armado. Trata-se de grupos que atuavam na clandestinidade, geralmente de inspiração comunista ou socialista, e cuja perspectiva, além de “derrubar” a ditadura, incluía a construção de um projeto de transformação profunda para a sociedade brasileira.

No período, atuaram no cenário político diversos agrupamentos que, embora muitas vezes diluídos sob o rótulo de “comunistas”, apresentavam origens, bases teóricas, concepções e projetos bastante diferenciados. Vale destacar que alguns deles têm procedência anterior ao Golpe de 1964, como é o caso do próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais tradicional partido de esquerda no Brasil, criado em 1922; do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), fundado em 1953; da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária ORM – Polop, criada em 1961 e que em 1968 se transformou no Partido Operário Comunista (POC); do Partido Comunista do Brasil (PC do B), oriundo de uma ruptura com o PCB em 1962; e da Ação Popular, constituída em 1963 a partir de quadros da Juventude Universitária Católica (JUC).

Após o Golpe, a luta interna no PCB acentuou-se, especialmente em função das divergências quanto às estratégias para combater a ditadura e das críticas ao que seria o “pacifismo” e imobilismo do Partido: a insatisfação nos meios estudantis forjou o surgimento das chamadas “Dissidências Comunistas”; o acirramento das posições acabou levando à expulsão de Carlos Marighella, que ancorado nas bases paulistas deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN), assim batizada em 1969; nesse mesmo ano, o rompimento de militantes experientes como Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho culminou com a formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Além das dissidências do PCB, no período surgiram, fundiram-se, fragmentaram-se e desapareceram inúmeras organizações, entre as quais destaco a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), criada em 1968 como resultado de uma fusão da ala à esquerda da POLOP com remanescentes de ex-militares ligados ao nacionalismo brizolista e membros do movimento estudantil e operário de Osasco; a Ala Vermelha, originária de uma fusão do PC do B em 1967; o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), fundado após uma cisão na Ala

Vermelha, em outubro de 1969; a VAR-Palmares, que surgiu de uma união de militantes do COLINA, grupo ligado às bases estudantis e operárias de Minas Gerais, e da VPR; o MR-8, criado a partir da Dissidência da Guanabara, e que passou a chamar-se MR-8 durante o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, visando desmoralizar a repressão, que dias antes havia anunciado a destruição da organização; a Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular (Rede), um pequeno agrupamento surgido em São Paulo em meados de 1969, que dedicou-se a realizar ações armadas, geralmente em conjunto com outros agrupamentos; e o Movimento de Libertação Popular (Molipo), criado em 1971 em função de uma cisão da ALN e composto, em sua maioria, por universitários paulistas que faziam treinamento guerrilheiro em Cuba.¹

Ao longo dos últimos anos, inúmeras pesquisas têm sido desenvolvidas sobre tais organizações, buscando identificar suas características e seus integrantes, compreender seus projetos para a “revolução brasileira”, conhecer e explicar suas práticas e as razões que levaram ao seu aniquilamento (Ridenti, 2004; Reis Filho; Sá, 2006; Cruz, 2003). Discute-se, entre outras coisas, o caráter destas organizações clandestinas e, mais recentemente, se podemos ou não enquadrá-las enquanto parte da chamada resistência democrática à ditadura. Portanto, o conhecimento acerca do tema vem se ampliando substancialmente, partindo de novas fontes, abordagens e problemas de pesquisa.

Nesse sentido, este artigo busca caracterizar alguns tipos de fontes disponíveis para a investigação sobre as organizações de esquerda, visando refletir sobre seus usos, potencialidades e limites. Trata-se, sobretudo, de um texto vinculado à minha trajetória de pesquisa e aos desafios, dificuldades e surpresas que encontrei pelo caminho.

Cabe então apresentar aos leitores, de forma breve, o tema de minha investigação: os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de esquerda, que passaram a ser veiculados nos principais meios de comunicação do país a partir de maio de 1970. As retratações consistiam em declarações públicas nas quais os envolvidos eram apresentados como militantes *arrepentidos*.² Suas declarações, geralmente, centravam-se na negação da tortura contra presos políticos, no elogio às obras do governo ditatorial, na crítica às organizações de esquerda e, especialmente, em um apelo aos jovens, para que não ingressassem na luta armada.³ Aproximadamente trinta militantes, de diferentes

1 As informações acerca das organizações e partidos que atuaram no período foram extraídas das seguintes obras: *Brasil: nunca mais*, 1985; Gorender, 1990; Reis Filho; Sá, 2006.

2 As expressões *arrepentimento* e *arrepentidos* serão utilizadas neste trabalho em itálico quando estiverem se referindo aos processos de retratação pública e seus protagonistas. Este cuidado gráfico se justifica porque tais expressões foram construídas pelo regime autoritário e pela imprensa da época e continuam sendo utilizadas até hoje, por vezes de forma a desqualificar estes militantes, sem levar em conta o contexto em que essas retratações foram produzidas e as condições sob as quais muitos deles concederam seus depoimentos.

3 Alguns exemplos: “Cinco renegam ao terrorismo e apelam aos jovens para que apoiem o governo” (*Diário de Notícias*, 22 de maio de 1970, capa); “Cinco estudantes subversivos renegaram seus princípios” (*Correio do Povo*, 22 de maio de 1970, capa); “Auxiliar de Lamarca abandona a subversão e concita juventude a fazer o mesmo” (*Correio do Povo*, 3 de julho de 1970, capa); “Ex-subversivo diz que terroristas objetivam somente matar e roubar” (*Correio do Povo*, 18 de junho de 1971, capa).

origens e organizações, protagonizaram tais depoimentos, que alcançaram ampla repercussão e foram veiculados nas principais redes de televisão do país.

Ao longo da pesquisa, busquei mapear as trajetórias dos militantes que foram a público retratar-se, investigar por quais motivações o fizeram, em que contexto as retratações foram produzidas e como se inseriam na lógica de propaganda e repressão da ditadura. De forma especial, objetivava também investigar quais as memórias destes militantes sobre a sua trajetória política e qual a compreensão que eles expressam hoje acerca dos episódios de *arrepentimento*.

As histórias e memórias desses processos de retratação pública e seus protagonistas foram, por muito tempo, esquecidas e silenciadas. Não havia trabalhos acadêmicos específicos sobre o tema, e a maior parte das referências que consegui acessar estava em matérias produzidas por jornalistas, algumas de caráter bastante sensacionalista. Tal dificuldade para encontrar informações me fez recorrer a variados tipos de indícios: debrucei-me sobre periódicos, consultei a documentação repressiva, investiguei materiais produzidos pelas organizações de esquerda da época. Ao mesmo tempo, procurei o maior número de livros de memórias, biografias e depoimentos de ex-integrantes de organizações que combatiam a ditadura, tentando encontrar em suas páginas referências sobre o tema. Além disso, realizei entrevistas com alguns dos militantes *arrepentidos*, os quais se dispuseram a compartilhar suas histórias de vida.

Assim, através de um conjunto bastante diverso e irregular de fontes, foi possível aproximar-se de suas histórias e memórias, tanto individuais quanto coletivas, e traçar um panorama geral desses processos de *arrepentimentos* e dos objetivos do regime em divulgá-los. A partir dessa experiência, elaborei as reflexões apresentadas nas páginas que seguem, tratando, mais especificamente, das fontes documentais que consultei ao longo de minha investigação.

AS ORGANIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA NAS PÁGINAS DA “GRANDE IMPRENSA”

Conforme já mencionei, a lacuna de informações sobre os processos de retratação pública levou-me, inicialmente, a uma pesquisa exaustiva nos periódicos que circulavam na época. Fazia-se necessário investigar as datas em que as retratações foram veiculadas, seus protagonistas, as mensagens presentes em suas declarações e a repercussão que as mesmas tiveram nos meios de comunicação. Para isso, escolhi o *Correio do Povo*, o jornal gaúcho de maior circulação no período, e iniciei uma pesquisa consultando os exemplares publicados diariamente. Assim que fosse possível identificar a data de publicação de cada *arrepentimento*, partia-se para a busca de outros jornais e revistas, a fim de complementar as informações publicadas pelo *Correio* e ampliar o olhar sobre o alcance e a forma como tais declarações foram divulgadas.

O manejo com as fontes de imprensa exigem do pesquisador alguns cuidados, no sentido de problematizar a origem da informação e o contexto de produção da notícia, bem como de refletir sobre o público ao qual se destina, quais sentidos se propõe a criar, do que

fala e sobre o que silencia. É preciso identificar também a quais grupos o veículo de comunicação investigado é vinculado e que interesses ele procura atender.⁴ No caso dos periódicos publicados no período em questão, há algumas especificidades que precisam ser consideradas, tendo em vista as práticas de censura e autocensura características daquele contexto histórico.

Não pretendo aqui discutir sobre o controle da informação e a censura, cuja variedade de atuação já foi abordada por inúmeros estudos, tampouco acerca das relações entre setores da grande imprensa e a ditadura civil-militar no Brasil,⁵ mas é importante que o pesquisador, ao escolher um periódico específico, fique atento à história deste órgão, quem são seus proprietários e principais anunciantes, as relações que a empresa de comunicação mantinha com o governo ditatorial e seu apoio (ou não) ao projeto instituído a partir do Golpe de 1964, pois tais informações são importantes para o uso crítico das fontes consultadas.

Quando o foco da pesquisa nestas fontes são as organizações de esquerda, há algumas outras questões que também merecem ser consideradas. Em um estudo sobre o enfoque dispensado pelos jornais à luta armada, João Batista Abreu chama a atenção para alguns elementos importantes relacionados à forma como as notícias sobre a oposição armada apareciam (ou não) na imprensa. Segundo o autor, havia recomendações governamentais que visavam inibir a divulgação de notícias sobre as ações promovidas pelos grupos armados. Além disso, buscava-se desacreditar tais ações, retratando-as como atos isolados e desprovidos de significado político (Abreu, 2000, p. 33). Cabe ressaltar, também, o uso disseminado do termo “terrorista” para se referir aos grupos de oposição. De acordo com Abreu, o termo, utilizado pela primeira vez pelo jornal *O Globo*, em 1966, passou a ser amplamente difundido, especialmente após o AI-5, quando o governo “recomendou” aos principais jornais que classificassem como terrorismo todas as ações realizadas pela esquerda armada. Outro elemento interessante a considerar é que, até meados de 1970, as reportagens sobre as ações desses grupos eram geralmente publicadas na página de política; a partir desse momento, a maior parte dos jornais passou a noticiá-las na seção policial. Isso evidencia ainda mais a tentativa de eliminar o caráter político das ações armadas, enfatizando-se o seu sentido de “crime”.

Ainda que as informações e descrições apresentadas pela grande imprensa sobre as organizações de esquerda da época tenham que ser matizadas, o uso dessas fontes indica várias possibilidades. Acompanhando jornais e revistas, é possível acessar um número considerável de dados sobre as ações promovidas pelas organizações de esquerda, as prisões de militantes, os processos em andamento na Justiça Militar, os depoimentos de autoridades policiais e militares sobre a chamada “subversão”, entre outras informações e representações sobre estes grupos. Algumas vezes, por exemplo, eram apresentados fragmentos de textos

4 Sobre os cuidados necessários no tratamento de fontes jornalísticas ver: Elmir, 1995; Espig, 1998.

5 Para uma discussão sobre a censura e a relação de alguns veículos de comunicação com o governo ditatorial, ver: Aquino, 1999; Kushnir, 2004; Smith, 2000.

políticos produzidos por essas organizações, geralmente capturados em alguma ação policial. Além do conteúdo desses escritos, o ponto mais interessante é perceber, a partir das cartas de leitores e comentários feitos nas reportagens, alguns elementos que nos permitem pensar na recepção desses discursos na sociedade.

Muitas vezes, no entanto, as notícias veiculadas apresentavam informações desencontradas sobre as organizações, como troca de siglas e nomes de militantes equivocados, especialmente em função de algumas confusões geradas pelos seus codinomes, o que revela as dificuldades dos próprios órgãos oficiais em identificar algumas redes e seus integrantes. Um exemplo deste tipo de dado incompatível é o caso do militante Massafumi Yoshinaga, um jovem nissei de 19 anos, ex-integrante da VPR, que protagonizou a retratação pública de maior repercussão na época. Quando o militante foi preso, foi identificado como o “japonês da metralha”, um dos “terroristas” mais procurados de São Paulo, responsável por várias “ações subversivas”. No entanto, há evidências de que as ações computadas ao “japonês da metralha” teriam sido protagonizadas por Yoshitame Fugimori, da VPR, ou Takao Amano, da ALN, também de origem japonesa. Portanto, o pesquisador tem que estar atento a estes cuidados, buscando cotejar as informações oriundas dos jornais com outras fontes de pesquisa.

Outro elemento interessante a consultar são os editoriais, que expressam as concepções dos periódicos e/ou revelam as posições pelas quais as empresas jornalísticas querem ser identificadas perante a sociedade. Uma análise dos editoriais de alguns jornais permite identificar, com relativa clareza, seu posicionamento em relação às organizações de resistência. Os editoriais da *Zero Hora*, por exemplo, indicam o apoio da empresa às ações repressivas, como está expresso no texto “É tempo de mobilização”, publicado no dia 17 de abril de 1971, dias após a execução do empresário Henning Boilseng por um comando conjunto do MRT e da ALN.⁶ Boilseng, diretor do Grupo Ultragás, era conhecido por financiar a repressão e ser colaborador assíduo da Operação Bandeirantes.⁷ No editorial, o jornal enfatiza que “a partir da nova fase do terrorismo, ninguém estará, isoladamente, seguro” e conclama os empresários a “tomar a consciência de que segurança é também um bom investimento”, alertando que “é muito melhor auxiliar o governo na tarefa da manutenção da ordem do que depois lamentar-se da instauração do caos, que é o objetivo terrorista”. Dias depois, outro editorial intitulado “As armas contra o terror”, ao tratar dos guerrilheiros, afirmava que “tais criminosos, evidentemente, têm que ser combatidos pelos métodos mais eficientes no sentido de neutralizar a sua capacidade de matar. Vale dizer, somente pelas armas e com a colaboração de todos os cidadãos de boa vontade”.⁸ Além dos editoriais, também os textos de articulistas

6 *Zero Hora*, 14 de abril de 1971, p. 6.

7 A Oban (Operação Bandeirantes) foi criada em 29 de junho de 1969, na cidade de São Paulo. Tratava-se de uma entidade especializada na luta contrarrevolucionária, e como não constava de nenhum organograma do serviço público, tinha um caráter extralegal. Por decreto do presidente Médici, em setembro de 1970, a Oban se integrou no organograma legal sob a denominação de Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI/Codi II) (Gorender, 1999, p. 156-157).

8 *Zero Hora*, 22 de abril de 1971, p. 6.

e colaboradores esporádicos permitem aproximar-se das opiniões divulgadas nestes periódicos acerca da atuação das organizações de esquerda.

A DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA PELO APARATO REPRESSIVO

Os documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança da ditadura constituem um dos mais importantes instrumentos para a investigação acerca das organizações de esquerda que atuaram no período. Nos últimos anos, uma série de arquivos repressivos foi disponibilizada à consulta pública, ampliando de forma considerável as perspectivas de pesquisa sobre tais temáticas. O que são, afinal, esses arquivos da repressão, por vezes chamados “arquivos da ditadura”? Segundo Bauer e Gertz (2009, p. 177),

Numa definição ampla, pode-se afirmar que arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos. Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão etc.), mas também de documentos roubados (livros, publicações, correspondências pessoais, documentos de organizações etc.), ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais (duração do interrogatório, horário em que eram feitos, presença de testemunhas etc.) quanto os direitos humanos (torturas físicas e psicológicas).

Conforme indicam os autores, os diferentes órgãos de informação e segurança, tanto de nível federal,⁹ quanto estadual – como os Departamentos de Ordem Política e Social¹⁰ –, ou aqueles vinculados às Forças Armadas,¹¹ produziram, ao longo do período, uma vasta quantidade de documentos sobre pessoas, grupos e entidades considerados perigosos para a segurança nacional.

Maria Aparecida de Aquino, ao falar sobre a documentação do Deops-SP, destaca a importância e a contribuição deste tipo de acervo para o estudo do Brasil pós-64, afirmando que possibilita o acesso tanto ao funcionamento de um importante instrumental de repres-

9 Exemplos: o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Conselho de Segurança Nacional (CSN) ou a Polícia Federal (PF).

10 A documentação produzida por estes Departamentos constituem importantes acervos sobre o tema. Em alguns estados, esses documentos estão disponíveis para a consulta, como é o caso do Dops da Guanabara, cuja documentação constitui um fundo no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo. O Acervo Deops-SP, localizado junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), além de disponibilizar vasto material, tem produzido várias obras que abordam discussões teórico-metodológicas sobre o trato com este tipo de fonte, como é o caso da coleção *No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro*, composta por cinco volumes.

11 Como exemplo, podemos citar o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informação do Exército (CIE) e o Centro de Informação da Aeronáutica (Cisa).

são utilizado durante o período, delineando assim a própria lógica do regime militar, como ao potencial e ao caráter da resistência implementada contra o Estado autoritário:

Os relatórios dos “agentes infiltrados” mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento, que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime (Aquino, 2001, p. 179).

Nesses acervos, é possível acessar vasto material sobre as organizações de resistência, como relatórios e informes mensais produzidos por agências governamentais, dossiês, prontuários de militantes, autos de qualificação e cópias de declarações prestadas sob interrogatório, mandados de prisão, alvarás de soltura etc. Além dos documentos produzidos pelos agentes dos órgãos de informação e segurança, muitas vezes esses acervos contam com ampla documentação criada pelas próprias organizações de esquerda, como panfletos, textos teóricos e jornais, e alguns documentos pessoais, geralmente apreendidos em decorrência da perseguição e prisão de militantes, como cartas, bilhetes e poesias.

Alguns dossiês permitem reconstituir a estrutura e a trajetória dessas organizações de forma bastante detalhada; listam, por exemplo, os nomes e codinomes dos integrantes conhecidos, identificam sua origem, apresentam fotografias, descrevem os “atos terroristas” praticados pelo grupo, indicam as prisões efetuadas e o nome daqueles que partiram para o exílio ou continuam foragidos.

Sobre as ações realizadas pelos grupos clandestinos, há documentos que descrevem tanto a ação em si quanto a forma como esta foi “desbaratada” pelos órgãos de informação e segurança. Há um texto escrito à mão, sem indícios que permitam identificar a origem e autoria, cujo título é “Operação Registro”, no qual é explicitada a investigação que levou a repressão a encontrar a área de treinamento guerrilheiro da VPR no vale da Ribeira (SP).¹² O documento indica que informações extraídas de três militantes interrogados na Guanabara levaram os agentes a descobrir a localização da área, que havia sido desativada. A partir daí, são descritas as ações realizadas dia após dia, que culminaram com a descoberta do novo campo de treinamento da VPR. O agente cita o deslocamento dos militantes da Guanabara para São Paulo para prestar mais “esclarecimentos”, a formação de uma equipe de busca da Polícia do Exército e seu envio para a área, as dificuldades encontradas, a montagem do cerco, os recursos utilizados (helicópteros, tropas de paraquedistas), a prisão de alguns militantes e os materiais encontrados no acampamento dos guerrilheiros.

¹² APESP. Acervo Deops/SP, pasta 30Z160, documentos n. 5.952 a 5.957.

Outro documento que explicita os caminhos de investigação percorridos pelos agentes repressivos chama-se “Prisão de oficiais da PM”.¹³ Escrito à mão, inicia tratando dos materiais encontrados no “aparelho” de um dirigente da VPR, entre os quais estava uma carta endereçada a Carlos Lamarca, assinada por um elemento identificado como “Valdir”. Analisando o texto e interrogatórios anteriores de membros da organização, os agentes concluíram que se tratava de um oficial da FP [Força Policial]. O informe segue descrevendo as informações extraídas dos militantes e como chegaram ao oficial de codinome “Valdir”, o que este revelou, quais as tarefas do mesmo na organização, quais seus contatos e informa que outro oficial estava detido para averiguação.

Analisando este tipo de relato, é possível acompanhar os procedimentos investigativos adotados e compreender elementos da dinâmica dos interrogatórios, que geralmente eram realizados mais de uma vez, submetendo os militantes a sessões realizadas por agentes de outros órgãos e jurisdição, como mostra o documento da Operação Registro, que indica que os presos foram transferidos da Guanabara para São Paulo e lá prestaram novas declarações. Os documentos também permitem aferir estratégias de resistência dos militantes, que muitas vezes prestavam informações falsas ou incompletas, como se pode supor no caso da localização da primeira área de treinamento, já desativada. Além disso, possibilitam reconstituir a sequência de “quedas” que atingiu a VPR, desarticulando-a de forma significativa, e dão uma dimensão das dificuldades encontradas pelas organizações e seus integrantes diante das práticas de tortura implementadas pela ditadura.

Um tipo de informe ou relatório que chamou minha atenção ao longo da pesquisa foi o “Sumário de informações sobre o comunismo internacional”, produzido pela Agência Central do SNI. Consultei uma série de exemplares desses sumários, datados entre 1970 e 1971, e encontrei, ao longo de suas páginas, uma descrição detalhada da suposta atuação “comunista”, especialmente no exterior. O Sumário abordava as atividades organizadas por grupos de apoio aos presos políticos brasileiros e as ações dos exilados, bem como discorria sobre reportagens divulgadas em periódicos estrangeiros que estariam, segundo os autores, “difamando” o Brasil, ao acusarem o governo de violar os direitos humanos. O Sumário do mês de dezembro de 1970, por exemplo, dedica sua primeira parte ao que chama de “Campanha contra o Brasil no exterior”. Ali está listada uma série de informações sobre tal campanha, que se daria através de três eixos: “a) Cardeal holandês Bernard Alfrink – Ministério da Cultura, Recreação e Bem-Estar da Holanda”; este item apresenta a denúncia do cardeal, que após retornar de uma visita à América Latina fez severas críticas ao governo brasileiro em função da tortura de presos políticos; “b) Através de publicações estrangeiras”; nesta parte são listadas reportagens divulgadas em uma série de jornais que fizeram críticas ao governo brasileiro, especialmente em função da perseguição a setores progressistas da Igreja Católica; “c) Através de rádio-emissoras comunistas”; aqui são descritas as notícias veiculadas

13 APESP. Acervo Deops/SP, pasta 30Z160, documentos n. 5.950 e 5.951.

pelas rádios *Havana* (Cuba) e *Tirana* (Albânia) que tratavam do Brasil.¹⁴ Os detalhes apresentados no Sumário evidenciam a capacidade de monitoramento do SNI e, especialmente, suas ramificações no exterior. Na parte específica sobre a situação interna, são listados os acontecimentos vinculados ao “comunismo” durante aquele mês; o informe apresenta uma retrospectiva das “ações subversivas” ocorridas em todo o território nacional no período, indicando, por vezes, seus desdobramentos e repercussão na imprensa.

Outro fator interessante a considerar nestes conjuntos documentais são as trocas de informações entre diferentes órgãos e agências de informação e segurança. Além de essas trocas revelarem as redes e conexões entre eles, bem como alguns de seus mecanismos de funcionamento, também são úteis aos pesquisadores porque permitem acessar dados de diferentes esferas e localidades, que muitas vezes não estão organizados ou disponíveis para consulta. Ao longo da pesquisa que realizei no Acervo Deops-SP, por exemplo, encontrei inúmeras correspondências trocadas entre este Departamento e o Dops-RS, inclusive com cópias de interrogatórios de militantes. Como a documentação do Dops-RS foi incinerada,¹⁵ este documento só pode ser acessado em função da cópia enviada ao Deops-SP.

Conforme buscamos evidenciar, esses arquivos indicam inúmeras possibilidades de pesquisa. No entanto, são necessários alguns cuidados no trato com essas fontes, uma vez que se tratam de fontes “sensíveis” da história recente, como indicam Bauer e Gertz. Segundo os autores, é necessário ao pesquisador:

Conhecer minimamente o funcionamento do órgão de informação ou repressão que produziu o documento que está sendo analisado;

Estar atento à data de produção do documento, e relacionar seu conteúdo com a conjuntura do período;

Todo historiador deve “cruzar” informações de diferentes origens, mas essa exigência se aplica de forma especial para as fontes em questão;

Numa publicação de resultados de pesquisa, é conveniente tomar cuidados com a divulgação de nomes, tanto de vítimas quanto de agentes da repressão (Bauer; Gertz, 2009, p. 186-187).

Tais cuidados são essenciais, pois a documentação presente nesses acervos engloba dimensões éticas que precisam ser consideradas. Alguns dos registros em questão foram produzidos em situações bastante delicadas, como é o caso dos interrogatórios, realizados, na maior parte das vezes, sob tortura física e psicológica. Embora ao ler o documento esta condição não esteja explícita, o pesquisador deve estar atento:

14 APESP. Acervo Deops/SP, pasta 20C43, documento n. 1.985, folhas 10.2-10.6.

15 No Rio Grande do Sul, a maior parte da documentação do Dops foi incinerada logo após sua extinção, em 1982. Os documentos restantes, grande parte deles oriunda das delegacias do interior – os SOPS, compõem o Acervo da Luta Contra a Ditadura, atualmente sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Primeiro, é necessário desmistificar a documentação desses regimes naquilo que diz respeito à metodologia repressiva. Raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o sequestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informações e punição; e mortes e desaparecimentos como políticas de extermínio. Assim, torna-se imprescindível estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas (Bauer; Gertz, 2009, p. 190).

Além disso, é importante também chamar a atenção para o fato de que muitas das fontes produzidas pelos agentes da repressão permitem “ver o que eles [agentes secretos] viam”. De acordo com Kushnir (2002, p. 567), estas fontes

Se por um lado, tem como objetivo identificar o ‘fichado’ no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do ‘fichado’, a partir da perspectiva do agente policial, como a do ‘fichador’; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do ‘fichador’. E esse modo como ele vê o mundo do ‘fichado’ é o que compõe o material do Dops.

A DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA PELAS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

Ao longo do período em que atuaram, as organizações de resistência produziram uma quantidade significativa de documentos, que incluem textos políticos, panfletos, manuais, orientações sobre táticas de guerrilha, jornais, entre outros. Para dar uma ideia da dimensão do material produzido, cito o exemplo do acervo da Polop, disponibilizado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem-Unesp): há uma ampla variedade de documentos, muitos de origem e datas desconhecidos, entre os quais é possível encontrar textos políticos e teses, boletins, informes destinados às bases, avaliações sobre figuras políticas (como Leonel Brizola), cartas com críticas à organização e com a autocritica de militantes, análises sobre a conjuntura e manuais destinados à formação “técnica” dos guerrilheiros, como “Curso básico militar”, “Como se fabricam granadas de mão” e “Primeiros socorros”.

Há também registros que nos permitem aproximar-se da avaliação que as organizações faziam da atuação da esquerda armada. O texto “As lições de Caparaó”, publicado pelo jornal da Polop, por exemplo, permite acessar informações não apenas sobre a ação guerrilheira no Caparaó (o documento apresenta um “rápido histórico” e fala da ação policial), mas sobre o que os militantes interpretavam como “lições” que poderiam ser tiradas daquela experiência. Assim, é possível estimar como aqueles militantes, diante das condições mais adversas e com informações bastante limitadas, percebiam os enfrentamentos travados entre as organizações de resistência e o aparato repressivo, e como (e se) enxergavam as derrotas e os recuos sofridos por seus companheiros.

Esses documentos constituem uma fonte imprescindível para a construção do conhecimento histórico sobre estas organizações, seus integrantes e projetos políticos. Há várias instituições que guardam e disponibilizam o acesso a esses materiais, como o Cedem-Unesp, que “abriga coleções e arquivos produzidos, acumulados ou publicados por pessoas, organizações, partidos políticos e demais entidades, identificadas como formadoras e integrantes das esquerdas brasileiras”;¹⁶ o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), vinculado à Unicamp, que guarda, entre outros fundos,¹⁷ a Coleção “Organizações e partidos políticos”, reunindo materiais de várias organizações de esquerda e de presos políticos produzidos entre 1969 e 1978;¹⁸ do Arquivo da Memória Operária, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que dispõe de uma coleção específica chamada “Organizações de esquerda”;¹⁹ e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que abriga o fundo Daniel Aarão Reis Filho, composto de textos políticos de várias organizações clandestinas.²⁰ Além disso, atualmente vários documentos estão sendo compartilhados por ex-militantes ou entidades vinculadas aos direitos humanos em sites da internet, constituindo uma rede bastante interessante de trocas de informações.²¹

Entre os materiais produzidos pelos grupos de esquerda, chamo a atenção para os jornais. Inúmeros foram os periódicos produzidos pelas organizações da época, preocupadas com a necessidade de divulgar suas ideias e criar mecanismos de contrainformação. Um deles, chamado *Imprensa Popular*, editado pelo Molipo, cujo *slogan* “Contra a mentira reacionária, a verdade revolucionária” já revelava seus objetivos, afirmou em seu primeiro número:

Este é o resultado precário de esforços dirigidos no sentido de criar-se mais um órgão de divulgação de ideias que se oponha à mentira reacionária. [...]. Todos os jornais oficiais e oficiosos que circulam livremente ou se propõem a ideologia da classe dominante ou são mutilados, censurados ou proibidos de alguma forma. [...]. Nós precisamos, de todas as formas e em todos os níveis, romper com o silêncio da ditadura.²²

16 Disponível em <<http://www1.cedem.unesp.br/>>. Informações detalhadas sobre a coleção de documentos do Cedem podem ser acessadas através do site.

17 Um dos mais importantes fundos do AEL é a coleção do Projeto Brasil Nunca Mais, que reúne cópias dos processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar brasileira entre 1964 e 1979.

18 Consultar: <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php>.

19 Neste acervo estão disponíveis documentos da Var-Palmares, da ALN, do MR-8, da VPR, da Polop e da OCML. Mais informações, ver: <<http://www.ifcs.ufrj.br/amorj/acervo.htm>>.

20 Os documentos foram doados ao APERJ em novembro de 1994, juntamente com os acervos de Jair Ferreira de Sá e Jean Marc von der Weid, também ex-militantes de organizações de esquerda da época. Para mais informações sobre a coleção, ver: http://www.aperj.rj.gov.br/g_danielaarao.htm.

21 Cito, como exemplo, o site Documentos Revelados, organizado pelo ex-militante da VPR Aluizio Palmar: <<http://www.documentosrevelados.com.br/>>.

22 *Imprensa Popular*, 1972, p. 1. Acervo Cedem-Unesp.

Assim, foi criada uma série de jornais, como o *Política Operária*, editado pela Polop em 1967; *Revolução* (1967-1970), *O Guerrilheiro* (1968-1972) e *Venceremos* (1971-1972), da ALN; *Unidade Leninista*, de 1968, e *Movimento Operário*, de 1969, do POC; *Libertação*, publicado pela AP entre 1968 e 1973; *Palmares*, editado pela Var-Palmares em 1970; *Imprensa Popular*, de 1972, da Molipo, entre outros.²³

Vale destacar também a grande quantidade de periódicos editados no exílio. Cruz formulou uma lista de aproximadamente cinquenta títulos publicados por exilados em diferentes países.²⁴ A maior parte deles apresentava documentos de organizações, artigos temáticos, estudos sobre a situação brasileira, denúncias contra a ditadura, além de organizar campanhas junto a organizações de direitos humanos pela libertação de presos políticos (Cruz, 2002, p. 453). Além disso, tal imprensa “desmascarava o recurso da polícia para encobrir os seus assassinatos, alegando acidentes ou suicídios. Publicava nomes de militantes mortos e torturados, assim como de torturadores e militantes ligados à estrutura repressiva” (Cruz, 2002, p. 459).

É difícil aferir o alcance que tais jornais tiveram, bem como obter indícios sobre sua recepção. Trata-se de periódicos que apresentavam características bastante específicas, em função do contexto e das condições em que eram produzidos. Tânia de Luca, ao tratar da imprensa operária, afirma que esta se distancia muito dos jornais de cunho empresarial; segundo ela, ao lidar com estes periódicos tratava-se

[...] de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, [...] impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com a subscrição dos próprios leitores para sobreviver (Luca, 2005).

Os jornais das organizações de esquerda da época também são marcados por estas características: apesar de apresentarem diferenças entre si, geralmente eram produzidos de forma precária, nas condições adversas da clandestinidade ou do exílio, apresentavam impressão de má qualidade e não mantinham uma periodicidade e formato regular.

O uso de tais periódicos nas pesquisas sobre as organizações de esquerda permite traçar um panorama sobre suas ideias políticas, projetos e linhas de ação, mas também acessar informações sobre questões vinculadas ao cotidiano de repressão e resistência no qual estavam inseridas. Os jornais veiculavam notícias sobre mobilizações estudantis e sindicais, apresentavam contrapontos às informações divulgadas pelo governo e faziam críticas às suas políticas e obras. O primeiro número do *Venceremos*, por exemplo, apre-

23 As informações sobre os jornais editados pelas diferentes organizações foram extraídas do site do Cedem-Unesp. Disponível em: <http://www1.cedem.unesp.br/acervos/acervo_periodic.htm>.

24 Como exemplo, podemos citar o *Frente Brasileira de Informação*, editado na Bélgica, Argélia, França e Itália, em língua local; *Unidade e Luta*, publicado no Chile; e *Resistência*, vinculado à ALN e ao MR-8, também publicado no Chile.

sentava com destaque uma matéria sobre a construção da Ponte Rio-Niterói, denunciando corrupção nas obras.²⁵

Algumas reportagens também apresentavam denúncias contra apoiadores do regime, financiadores e agentes da repressão. Uma edição do *Venceremos*, por exemplo, denunciava um empresário que estaria financiando a Operação Bandeirantes. Sob a manchete “Este é o homem que paga os carrascos da Oban”, o jornal traz a fotografia do empresário Pery Igel, proprietário das lojas Ultralar, ligadas ao grupo Ultragás. A reportagem indicava também Sebastião Camargo, da construtora Camargo Corrêa, e a empresa Supergel de contribuírem financeiramente com a Oban.²⁶ Eram comuns matérias citando nomes de agentes acusados de participarem diretamente da tortura, informações sobre supostos “dedos-duros” e outras denúncias envolvendo tais agentes, como revela o texto “Morte ao esquadrão do carrasco Fleury”, também publicado no *Venceremos*.²⁷

Outra questão a destacar é a tentativa da imprensa militante em desmentir algumas notícias publicadas pela grande imprensa. Em minha pesquisa, deparei-me com um caso bastante interessante, envolvendo a retratação de Newton Moraes e Milton Campos de Souza, que pertenciam à ALN. Em maio de 1971, foi divulgado que ambos haviam escrito uma carta aos pais e ao diretor do presídio onde se encontravam detidos, na qual estariam “abjurando o terrorismo”. No entanto, em julho do mesmo ano, o jornal *Venceremos*, sob a manchete “Ditadura sem-vergonha mente”, apresentou uma carta de Moraes, na qual ele declarava que não se arrependia de sua militância e que as declarações anteriores foram uma farsa montada pelos órgãos da repressão. Seguem trechos da carta publicada pelo periódico:

Companheiros, em nenhum momento vacilei quanto à validade de nossa luta, nem de nossos ideais revolucionários. Companheiros, estou sendo vítima de uma trama desta ditadura, que através da falsificação de um bilhete meu à minha família, lançou a calúnia na imprensa escrita e falada, de meu repúdio à guerra popular e revolucionária. Companheiros, a única justificativa que admito para esta farsa é que não conseguindo provas para me assassinar ‘legalmente’, a ditadura busca lançar na opinião pública que talvez não me condene em função do meu ‘arrependimento’ [...]. Companheiros, se dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria pela Revolução Popular Brasileira. Newton Moraes (militante da ALN).²⁸

O caso teve mais uma reviravolta quando, em dezembro de 1971, alguns jornais divulgaram novamente seu *arrependimento*, reproduzindo supostas declarações do militante de que teria assinado a carta publicada no *Venceremos* sob coação. O episódio citado revela

²⁵ *Venceremos*, número 1, abril de 1971, p. 7. APESP. Acervo Deops/SP, pasta 30Z160, n. 14.614.

²⁶ *Ibidem*, capa.

²⁷ *Venceremos*, número 3, junho/julho de 1971, capa. APESP. Acervo Deops/SP, pasta 30Z160, n. 10.415.

²⁸ *Ibidem*, p. 3.

uma dinâmica de informação e contrainformação bastante complexa, que indica ao pesquisador a necessidade de cotejar este tipo de fonte com outros indícios e registros.

Ao longo deste texto, buscou-se problematizar esses registros, indicando alguns cuidados teórico-metodológicos necessários para o seu uso e evidenciando, ao mesmo tempo, as inúmeras possibilidades de pesquisa que suscitam sobre as organizações de esquerda, sua atuação e a forma como foram brutalmente reprimidas. Tais temáticas ainda carecem de investigação por parte dos pesquisadores, especialmente neste contexto marcado pela criação da Comissão Nacional da Verdade, que amplia as perspectivas de acesso aos documentos oficiais ainda restritos e fomenta o interesse e o debate público em torno da nossa história recente.

Referências bibliográficas

ABREU, João Batista. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário*. Bauru: Edusc, 1999.

_____. Jornalistas/militantes na mira do Deops/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro, v. 1).

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos policiais de extintos regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 173-194, 2009.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

CRUZ, Denise Rollemberg. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dez. 1995.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUCA, Tânia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

Recebido em 28/11/2013

Aprovado em 20/12/2013